

O BANCÁRIO

O único jornal diário dos movimentos sociais no país

Edição Diária 8150 | Salvador, terça-feira, 04.05.2021

Presidente Augusto Vasconcelos



PRIVATIZAÇÃO

Conter o desmonte



Apesar dos protestos do movimento sindical, a IPO da Caixa Seguridade foi realizada. A sanha privatista do governo Bolsonaro continua. Por isso, os empregados e a sociedade devem aumentar a resistência para conter o desmonte, pois a ideia é abrir o capital de outras áreas. Página 3

A Caixa é essencial para a população e para o desenvolvimento do Brasil. Por isso deve continuar 100% pública

Sindicatos querem a regulamentação do trabalho remoto

Página 2

Além da pandemia, governo tem culpa no desastre econômico

Página 4

Teletrabalho tem de ser regulamentado

Regras e direitos devem ser negociados com as entidades

RENATA LORENZO
imprensa@bancariosbahia.org.br

O **TELETRABALHO** se tornou realidade para milhões de brasileiros durante a pandemia de Covid-19. Com a modalidade foi garantido o isolamento social, mas a falta de regulamentação é prejudicial. Dos 80,2 milhões de ocupados e não afastados, 9,1% ou mais de 7,3 milhões de pessoas estavam em trabalho remoto em novembro passado, segundo o Ipea (Insti-



MARCELO CAMARGO - ABR

Teletrabalho ganha impulso durante a pandemia

Ouvidorias do Pan e do Inter são as piores

AS **OUVIDORIAS** dos bancos Pan e Inter são as piores entre as 10 organizações financeiras de maior porte no Brasil. Prova de que as empresas do setor se importam apenas com o lucro e não têm interesse em prestar bom atendimento aos clientes.

O Pan registrou índice de 1,35 no primeiro trimestre de 2021, em uma escalada de zero a cinco, e o Inter 2,68. A terceira pior ouvidoria ficou para o Bradesco. O índice foi de 2,71. O BNB teve a melhor classificação, com 4,96. O resultado faz parte do *Ranking de Qualidade de Ouvidorias*, divulgado pelo Banco Central.

O índice analisa o prazo de resposta dos bancos às queixas e a qualidade da resposta, além da iniciativa das empresas em aderir a plataformas públicas de resolução de

tuto de Pesquisa Econômica Aplicada).

Reclamações sobre falta de infraestrutura, maior carga de trabalho e gastos adicionais com energia, *internet* e telefone são apontadas por profissionais de diversas áreas. Os efeitos colaterais de trabalhar em uma modalidade sem regulamentação também resulta em outros problemas, como doenças físicas e mentais, pois as regras e direitos da relação empregador-empregado não estão estabelecidas.

O teletrabalho foi incluído na legislação por meio da reforma trabalhista, em 2017, no governo Temer, e é previsto pelo artigo 75 da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Porém, a nova lei liberou modelos flexíveis de contratação e de prestação de serviços para as empresas e foram esquecidas questões, como a própria jornada de trabalho.

Para amenizar os impactos do trabalho remoto, é imprescindível que a legislação seja aperfeiçoada e que a regulamentação através de negociação coletiva com os sindicatos aconteça. É preciso respeitar as pausas para alimentação e descanso dos trabalhadores, controle de jornada, pagamento de hora extra e estabelecer responsabilidade para o empregador e a proteção da saúde com regras de ergonomia.



BANCO PAN

Pan possui a pior ouvidoria no *ranking* do BC

conflitos com os clientes. Quer dizer, apesar dos altos lucros, ouvidorias ineficazes.

No quesito tempo de resposta, o prazo médio do Pan foi de 9,48 dias úteis, sendo que o banco recebeu 64 reclamações sobre a qualidade do que foi respondido e sete sobre a própria ouvidoria. Já o Inter leva 6,31 dias úteis para responder os clientes. Foram 36 queixas contra a qualidade da resposta. Ainda recebeu outras duas contra a ouvidoria.

TEMAS & DEBATES

A Barbárie desnudada

Álvaro Gomes*

No dia 26/04/21, a barbárie mais uma vez é desnudada. Servidores de um supermercado entregaram Bruno 29 anos e Yan 19 anos, aos traficantes, que os torturaram e assassinaram. Crime? Furtaram carne no Atacarejo. Os seguranças cobraram R\$ 700,00 para pagar o furto. Não houve tempo para os jovens conseguirem o valor e em menos de 24 horas foram executados.

Assim fica claro o envolvimento dos seguranças com o tráfico e talvez com milícias, que ao arripio da lei participam de crime bárbaro. Dessa forma o Estado enfrenta o desafio de respeitar os direitos humanos, combatendo os crimes, as torturas e os assassinatos presentes e visíveis em situações como a do Atacarejo e também nas prisões.

Quando ainda era deputado, não me lembro o ano, em visita à cidade de Madre de Deus, um policial me convidou para fazer uma visita à delegacia, ao observar as celas, masculinas e femininas, em situação degradante, perguntei qual o crime que os presos tinham cometido, ele me mostrou um a um. O mais "perigoso", era um estelionatário, falsificava cheques. Ele me mostrou um jovem, artista que foi preso por furtar alimentos.

Aquele retrato de Madre de Deus é a realidade dos demais presos em delegacias e penitenciárias pelo Brasil afora, que já somam mais de 800 mil, cujo perfil é de jovens negros, e pobres e cujos crimes na sua maioria são relacionados a drogas e ao patrimônio, ali vivem em situação degradante onde os direitos humanos não são respeitados.

Este crime originado no Atacarejo, mostra um agravante, o envolvimento do narcotráfico e talvez das milícias na segurança de empresas, onde sem julgamento, sem direito de defesa, as vítimas são condenadas à morte da forma mais bárbara possível, sem ser apresentado ao órgão policial.

A luta pela sobrevivência muitas vezes é respondida com atitudes bárbaras. O País vive uma verdadeira tragédia, o aumento da fome, do desemprego, da desigualdade social, uma pandemia que já ceifou a vida de 407 mil pessoas, onde milhares de vidas humanas poderiam ser evitadas.

Precisamos resolver esta problemática pela raiz sob pena de ficarmos "enxugando gelo". Urge uma mudança estrutural da nossa sociedade com base na democracia, direitos humanos e justiça social.

*Álvaro Gomes é diretor do Sindicato dos Bancários da Bahia e presidente do IAPAZ
Texto com, no máximo, 1.900 caracteres

Intensificar a resistência na Caixa

Empregados querem evitar mais desmonte no banco

RENATA ANDRADE
imprensa@bancariosbahia.org.br

INFELIZMENTE, o governo Bolsonaro deu mais um passo para a privatização da Caixa. Mesmo com intensa mobilização do movimento sindical, a IPO (Oferta Inicial de Ações, na sigla em inglês) da Caixa Seguridade, terceira maior empresa de seguros do Brasil, foi realizada na semana passada. As entidades representativas conseguiram adiar por seis anos a abertura do capital da subsidiária.

Privatizar áreas estratégicas da instituição financeira não é um bom negócio. Nenhum dos grandes bancos privados – Itaú, Bradesco

e Santander – possui empresa de seguridade e capitalização na Bolsa de Valores. Ainda mais que boa parte da receita é oriunda dessas áreas. A resistência contra o desmonte vai continuar.

Na operação, a Caixa arrecadou R\$ 5 bilhões (valor bruto). Só que a direção da estatal pretende antecipar a devolução dos IHCD (Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida). A decisão pode causar a descapitalização do banco. Prejuízo para as políticas públicas e o desenvolvimento do país. Vale ressaltar que em 2020, o patrimônio líquido do banco foi de R\$ 92,7 bilhões. Em poucos anos, a empresa vai devolver

1/3 do capital para o Tesouro Nacional.

A sanha privatista do governo não para por aí. Também já foi anunciada a intenção de abrir o capital da Caixa Cartões, da Caixa Asset e do banco digital, em construção através do Caixa Tem. O aplicativo foi criado pelos empregados do banco em tempo recorde no ano passado para facilitar o pagamento de programas sociais, como o auxílio emergencial na pandemia.

FOTO DA INTERNET



Caixa tem de sentar e negociar as demandas dos empregados. São muitas

Maio já começa com ataques

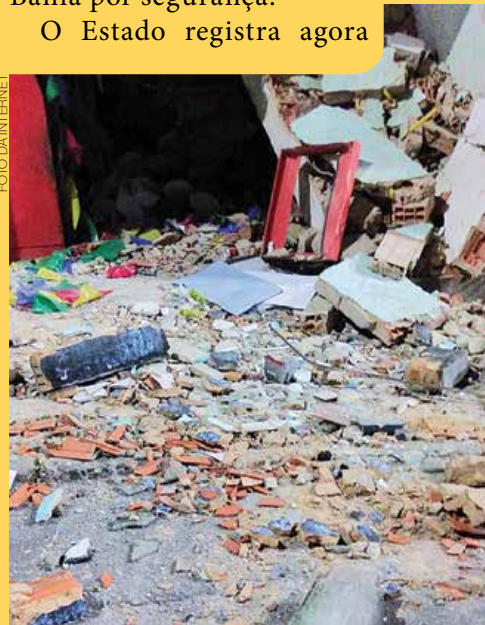
MAIO começou com mais ataques a bancos na Bahia. Neste ano, já foram registradas no Estado 21 ocorrências, a última na madrugada de ontem, em Salvador.

Dois caixas eletrônicos do Banco 24 Horas de um mercado no bairro de Mussurunga foram explodidos. A ação foi extremamente violenta, causando pânico aos moradores da região e reforçando a reivindicação do Sindicato dos Bancários da Bahia por segurança.

O Estado registra agora

17 explosões contra agências ou caixas eletrônicos localizados em estabelecimentos comerciais. Tiveram ainda neste ano três casos não identificados e uma tentativa de arrombamento.

Os números não deixam dúvidas. O governo e os bancos precisam investir efetivamente em medidas capazes de coibir os ataques. As ações, além de levarem medo, ainda causam um prejuízo absurdo ao comércio local.



Bahia soma 21 ataques a bancos neste ano

Negociação adiada para o dia 11

ENQUANTO os problemas estão pipocando na Caixa, a direção da empresa brinca. A rodada de negociação prevista para hoje foi adiada para o dia 11 de maio.

São muitas as questões a tratar com a instituição. O pagamento integral da PLR (Participação nos Lucros e Resultados), as metas desumanas, os problemas nos sistemas internos do banco, a necessidade de contratação urgentemente e a inclusão da categoria no grupo prioritário para vaci-

nação conta a Covid-19 estão entre as prioridades.

A pauta tem ainda a definição de um cronograma para vacinação contra a H1N1 e a necessidade de o banco respeitar os protocolos de prevenção contra a Covid-19. Além disso, o movimento sindical prossegue com as ações junto à CVM (Comissão de Valores Mobiliários), TCU (Tribunal de Contas da União) e o MPF (Ministério Público Federal) contra a IPO da Caixa Seguridade.

Vacina da gripe sem data confirmada ainda

APÓS cobrança do movimento sindical, a Caixa enviou um comunicado sobre a campanha de vacinação contra a gripe (H1N1). Mas, não confirmou a data do início da imunização e excluiu os aposentados.

No documento, a direção da instituição financeira indica que a campanha está em licitação e sem previsão de reembolso para os aposentados ou vacinação para os dependentes. Apenas os empregados ativos têm direito.

O cronograma deve ser divulgado pela Gipes/Ripes. O empregado que quiser antecipar a vacina em clínicas ou laboratórios pode solicitar o reembolso até 30 de julho e o valor é limitado a R\$ 95,00.



A Caixa exclui os aposentados da vacinação

A CEE (Comissão Executiva dos Empregados) da Caixa crítica o atraso da imunização e a exclusão dos aposentados da campanha. A direção do banco precisa respeitar e valorizar os trabalhadores.

A tragédia na economia não é só pela covid

Além da pandemia, o governo ultraliberal tem culpa no cartório

ANA BEATRIZ LEAL
imprensa@bancariosbahia.org.br

ENGANA-SE quem pensa que a crise econômica e social do Brasil é consequência apenas da pandemia de Covid-19. O desemprego crescente, a precarização do mer-

cado de trabalho e o aumento do custo dos alimentos estão relacionados também com o projeto econômico e político implementado após o golpe jurídico-parlamentar-midiático de 2016.

No mercado de trabalho, por exemplo, mesmo antes da pandemia, os sinais eram preocupantes. A situação piorou com a implementação das reformas trabalhista, previdenciária e do teto de gastos, medidas adotadas pelos



governos Temer e Bolsonaro.

A reforma trabalhista provocou aumento do desemprego e da informalidade, redução da renda e precarização do trabalho. Bolsonaro também tem trabalhado duro na retirada de direitos dos trabalhadores.

Atrelada à diminuição do

poder de compra está a elevação dos preços, fruto de medidas, como a redução dos estoques reguladores da Conab (Companhia Nacional de Abastecimentos); o fim do subsídio do gás e da política de valorização do salário mínimo; além do aumento das exportações de alimentos.

SAQUE

Rogaciano Medeiros

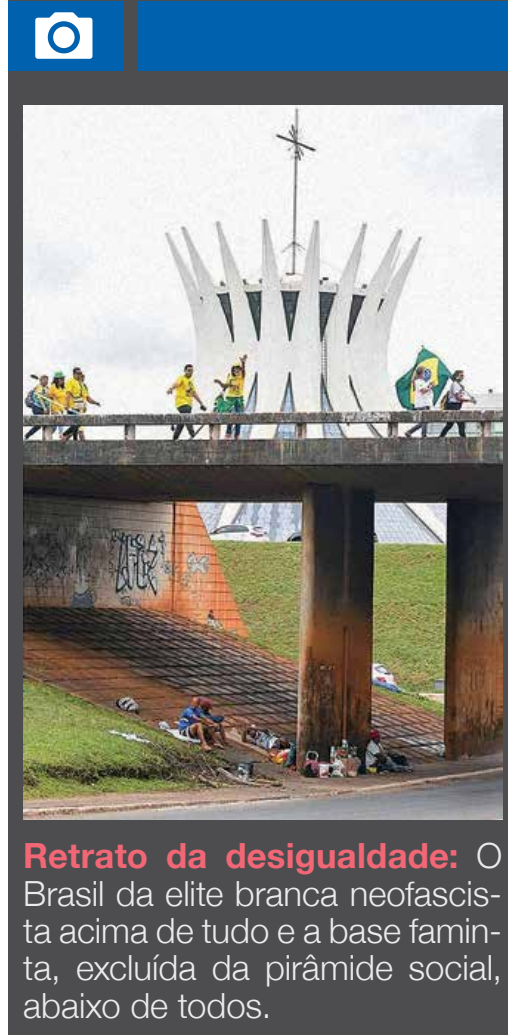
INDELÉVEIS Apenas fulanizar em Bolsonaro, Guedes, Salles ou outro qualquer o caráter plutocrático do governo é, no fundo, despolitizar a questão, excluir o componente ideológico. Esconde a culpa da extrema direita. O discurso e a ação antipovo são marcas indelévels do ultraliberalismo, que se ampara no neofascismo, no Estado policial, no negacionismo, no genocídio.

CERTEIRO “Os industriais brasileiros não passam de senhores de escravos travestidos de empresários. Se eu sou empresário, eu quero ganhar dinheiro. Para mim, pouco interessa quem é o governo, se é Lula ou Alckmin. Se prevalecesse essa lógica, Bolsonaro e Guedes já tinham que ter saído há muito tempo”. Do economista e professor José Luís Oreiro. No alvo.

TOTALITARISMO O governo Bolsonaro repete preceitos do nazifascismo, com as adaptações do tempo, como o negacionismo e, claro, guardando as proporções. Economia de mercado amparada no Estado autoritário. O lucro como arma para a eliminação dos opositores. Tolerância zero à luta popular. A história em mão única. O ultraliberalismo só sobrevive no neofascismo.

EQUÍVOCO Sem dúvida alguma, não há como comparar Biden com Trump, neofascista assumido. Mas, o ex-ministro Aloizio Mercadante exagera ao afirmar que o presidente dos EUA significa uma “ruptura com o neoliberalismo”. Improvável Biden aceitar democracia social no capitalismo periférico como é o Brasil, muito menos apoiar a volta do PT e Lula ao poder central. Menos.

FATOS Para clarear um pouco a memória dos que se iludem com Biden. A construção do golpe jurídico-parlamentar-midiático de 2016, do caráter lesa-pátria da Lava Jato e de Moro teve início no governo de Obama, tido como o presidente que iria humanizar o império. Todo mundo sabe que em política externa os democratas sempre foram piores do que os republicanos.



Retrato da desigualdade: O Brasil da elite branca neofascista acima de tudo e a base faminta, excluída da pirâmide social, abaixo de todos.

Na América Latina, governos liberam agrotóxicos

O VENENO está liberado na comida da população. A expansão do uso de agrotóxicos e violações ao direito humano à alimentação e nutrição adequadas são atitudes aceitas pelos governos de países da América

Latina, apesar dos prejuízos dos produtos à saúde e ao meio ambiente.

No Brasil, o governo Bolsonaro liberou 1.172 agrotóxicos em 845 dias de mandato, sendo 1,39 de veneno, em média, liberado

por dia. O povo pena com uma pesada carga tributária, enquanto as empresas fabricantes de insumos agrícolas venenosos têm redução de 60% da alíquota do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços).